

## Polêmica: punição a quem discrimina homossexuais

O tom acalorado, mas pacífico, marcou ontem a audiência pública para instruir a votação do projeto que torna crime a discriminação contra homossexuais. Convidados e parlamentares se dividiram entre opiniões favoráveis e contrárias à proposta. **Página 4**

## Maior rigor contra incêndio de ônibus

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que estabelece penas de até 15 anos de prisão para crimes que atinjam o patrimônio público e coloquem a população em risco, como os de explosão e atentado contra meio de transporte. A proposta de Eduardo Azeredo determina ainda que as penas, que hoje podem ser aumentadas em até um terço, sejam ampliadas de um terço até a metade. **Página 7**

## Adiada votação de fundo de investimento

O Plenário do Senado adiou ontem, pela segunda vez nesta semana, a decisão sobre o projeto que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS). Senadores da oposição protestaram contra a iniciativa. **Página 3**

Gerardo Magalhães



Audiência na CDH reúne Lívia Nascimento (E), Paulo Paim, Fátima Cleide e Paulo Fernando



O líder do governo, Romero Jucá (ao microfone), diz que projeto não apresenta risco para trabalhadores

## Relatório sugere energia limpa e fim do desmatamento

O senador Renato Casagrande apresentou ontem à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas o primeiro relatório parcial, que contém recomendações direcionadas ao governo federal – como a de criar uma rede de pesquisas sobre o clima –, ao Legislativo e a estados e municípios. **Página 6**

## Judiciário comemora 200 anos de independência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem da solenidade de comemoração dos 200 anos de independência do Judiciário e da

abertura da exposição As Constituições Brasileiras. Estiveram presentes o presidente Lula e os presidentes do STF e da Câmara. **Página 3**

## Pedido de CPI da Operação Navalha já tem 27 assinaturas

O senador José Nery anunciou ontem que o requerimento de instalação de CPI mista já conta com as assinaturas de 27 senadores, o número mínimo necessário. Ele disse que vai aguardar a coleta de assinaturas de deputados, mas acredita que o requerimento será entregue à Mesa do Congresso na próxima semana. O líder do DEM, José Agripino, anunciou apoio à criação da comissão parlamentar de inquérito. **Página 5**

Marcia Matz



Na abertura da exposição, Nelson Jobim (E), Renan, Lula, e os presidentes do STF, Ellen Gracie, e da Câmara, Arlindo Chinaglia

Comissão de Ciência e Tecnologia discute reflexos para o consumidor brasileiro da concentração no setor de telecomunicações, decorrente das recentes fusões de grupos internacionais

## TIM e Vivo não pretendem operar em conjunto, afirma Telefônica

Ao adquirir 9,9% do capital votante da Telecom Itália, a empresa espanhola Telefônica não controla a operação da TIM no Brasil, afirmou ontem o presidente da Telefônica no país, Antônio Carlos Valente da Silva. Em depoimento à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ele disse não haver “nenhuma indicação” de que a TIM – subsidiária da Telecom Itália – e a Vivo, controlada pela Telefônica e pela Portugal Telecom, venham a ter operação compartilhada no país.

Segundo Valente, o grupo espanhol adquiriu 42,3% da participação de um consórcio, composto por quatro empresas italianas, que terá 23,6% do capital da Telecom Itália. Ele salientou que a Vivo e a TIM do Brasil têm estruturas societárias distintas, grupos controladores distintos e gestões independentes.

– Ainda que o Brasil represente um mercado importante para nós,



Presidida por Wellington (D), CCT ouve de Valente que Vivo e TIM são empresas distintas

o foco dessa operação é o mercado europeu – frisou Valente, em resposta a questionamento feito pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a respeito do controle conjunto, pela Vivo e pela TIM, de mais de 50% do mercado brasileiro de telefonia celular.

### Concentração

A concentração do setor, por meio de recentes fusões de grupos internacionais, e seus reflexos no Brasil motivaram o presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), a apresen-

tar o requerimento para a realização da audiência pública.

O presidente da Telefônica considerou “inevitável” o debate sobre a revisão do marco regulatório do setor ao longo dos próximos meses. Ele recordou que o Código Brasileiro de Telecomunicações foi aprovado em 1962, quando havia apenas televisão em preto-e-branco. A Lei da TV a Cabo, complementou, entrou em vigor quando ainda havia monopólio estatal das telecomunicações.

## Convergência tecnológica é tendência que cresce

Pequenas janelas para a troca de mensagens, telefonemas pela internet, programas de televisão e edição de fotografias dividiam, há poucos dias, a tela do computador da filha do presidente da Telefônica no Brasil, Antônio Carlos Valente da Silva. Ele citou o episódio aos senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, ontem, para indicar a grande tendência

do momento pela convergência de diversos meios de comunicação.

– Assim é o consumidor do futuro. O computador já se tornou o grande objeto de desejo da população brasileira – disse Valente em resposta a um questionamento feito pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Azeredo recordou o êxito do processo de privatização ao co-

mentar os números apresentados pelo presidente da Telefônica em relação à expansão do mercado brasileiro de telecomunicações. O senador observou, porém, que os consumidores ainda estão se habituando à convergência tecnológica, que permite a realização de atividades antes impossíveis, como a de assistir à televisão pelo computador.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### MPs trancam a pauta do Plenário

Com sessão deliberativa a partir das 14h, o Senado tem em sua pauta três medidas provisórias (MPs) e três projetos de lei de conversão. Uma das MPs, que gerou polêmica e teve votação adiada para terça-feira, cria fundo de investimentos com recursos do FGTS.

### Instalação da Subcomissão de Serviços de Informática

Às 14h30, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) elege o presidente e o vice-presidente da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática. Às 11h, a Comissão de

Infra-Estrutura (CI) analisa, entre outros projetos, o que autoriza a implantação do empreendimento que promoverá o aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira.

### Segundo debate sobre o “PAC da Educação”

A Comissão de Educação (CE) continua, às 10h, o ciclo de debates sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Deverão comparecer os presidentes da Associação

Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), Arquimedes Ciloni, e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Thiago de Oliveira.

### Ministro explica liberação de recursos a prefeituras

O ministro das Cidades, Márcio Fortes, será ouvido às 11h pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) a respeito dos critérios de libe-

ração de recursos para as prefeituras. Ele deverá ainda debater a prorrogação do prazo de apresentação dos planos diretores urbanos municipais.

### Controladores de voo são os primeiros a depor

A CPI do Apagão Aéreo realiza, às 10h, sua primeira tomada de depoimentos. Serão ouvidos quatro controladores de voo, dois dos quais estavam trabalhando no dia do acidente do Boeing 1907 da Gol. Entre os depoentes estão o

terceiro-sargento Roberto Freire, que faz parte do efetivo do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo (Cindacta) de Manaus, e o suboficial João Batista da Silva, controlador de voo em São José dos Campos (SP).

### Direito e Economia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abre, às 9h30, o Seminário sobre Direito e Economia no Legislativo, uma parceria do Senado com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Direito e Economia. O evento se estende até as 18h.

### Presidente do BC

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) recebe, às 10h, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para avaliar o cumprimento das metas das políticas monetária, creditícia e cambial, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Moraes  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Gerson Camata, César Borges e pela senadora Serys Slhessarenko



Parecer de Francisco Dornelles é contra flexibilização da LRF

## Aprovada MP que amplia verbas para ações da Caixa

O Plenário rejeitou todas as emendas destacadas para votação em separado relativas ao projeto que amplia o limite da capacidade operacional da Caixa Econômica Federal. O texto enviado pela Câmara (Projeto de Lei de Conversão 9/07, proveniente da Medida Provisória 347/07) foi aprovado sem modificações na terça-feira e agora vai à sanção.

A votação das emendas, a maioria relativas à flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ocorreu na sessão deliberativa de ontem. O relator-revisor, Francisco Dornelles (PP-RJ), encaminhou pareceres contrários aos destaques, que foram rejeitados pelo Plenário.

A MP faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e fixa que os recursos adicionais destinados à Caixa (R\$ 5,2 bilhões) serão comprometidos com saneamento básico, habitação e obras sociais.

## Comissão acolhe relatório preliminar da LDO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório preliminar sobre o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, apresentado pelo deputado João Leão (PP-BA). O documento receberá propostas de emendas parlamentares e deverá ir à votação final no início de julho.

João Leão fez poucas mudanças no projeto de LDO encaminhado pelo Executivo, mantendo todos os principais indicadores econômicos, entre eles inflação de 5% em 2008.

Oposicionistas apontam risco de desvio no uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mas líder do governo argumenta que gestão continuará sob controle de conselho curador

# Votação do Fundo de Investimentos do FGTS fica para próxima terça-feira

Pela segunda vez na semana, o Plenário adiou a votação do projeto que instituiu o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS). A matéria, que volta à pauta na próxima terça-feira, é vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento e viabiliza a aplicação de recursos do FGTS em obras de infra-estrutura, tais como empreendimentos nos setores de energia, rodoviário, ferroviário, portuário e de saneamento.

Durante o encaminhamento da votação do PLV 10/07, proveniente da Medida Provisória 349/07, os senadores de oposição ocuparam a tribuna para argumentar contrariamente à aprovação da medida. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), alertou para o fato de o patrimônio líquido do FGTS encontrar-se atualmente em situação negativa e criticou a aplicação dos recursos do FGTS em finalidades distintas da construção de moradias populares e saneamento básico.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) também considerou preocupante a possibilidade de aplicação do FGTS no setor de infra-estrutura.

– O déficit habitacional no país é gigantesco e não se faz habitação popular, por exemplo, argumentando-se a falta de recursos ou a incapacidade de os tomadores pegarem recursos

oriundos do FGTS para essa finalidade – afirmou Jereissati.

Em resposta a críticas formuladas ao texto da MP, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), garantiu que os recursos do fundo a ser criado não deverão ingressar na tesouraria da Caixa Econômica Federal, continuando a ser geridos pelo próprio Conselho Curador do FGTS. Ele também assegurou que não haverá prejuízo para os trabalhadores, nem risco de perda de investimentos em habitação.

– O Conselho Curador analisará cada projeto, sua rentabilidade e o aprovará ou não – explicou Jucá.

Também discutiram a matéria os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Francisco Dornelles (PP-RJ), Aloizio Mercadante (PT-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Papaléo Paes (PSDB-AP), Demostenes Torres (DEM-GO), Heráclito Fortes (DEM-PI), José Nery (PSOL-PA), Renato Casagrande (PSB-ES), Marisa Serrano (PSDB-MS), Mário Couto (PSDB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

## César Borges: MP permite desvio no uso de recursos



César Borges

De acordo com o senador César Borges (DEM-BA), o projeto que instituiu o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) permite ao governo “meter a mão” nos recursos, destinando-os a outros setores além da habitação popular e saneamento básico.

Com um superávit de R\$ 21 bilhões, disse, o governo viu no FGTS a saída para seus planos de investimento. César Borges lembrou que, neste ano, o governo ainda não investiu “um centavo sequer” dos R\$ 266 milhões previstos no Orçamento para saneamento, e que seriam necessários R\$ 200 bilhões, em 20 anos, para universalizar o serviço.

– Ou seja, nem todos os recursos do FGTS seriam suficientes para o saneamento – frisou.

## Judiciário independente comemora 200 anos

Durante a solenidade de comemoração dos 200 anos de Judiciário independente no país e da abertura da exposição As Constituições Brasileiras, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que, quando integrante da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, foi autor da proposta, vencedora, do direito de voto aos maiores de 16 anos. Ele também fez um apanhado histórico de todas as constituições do país.

– Além da estruturação do Estado e da dinâmica social, as constituições democráticas afirmam a identidade nacional, mediante a definição dos direitos e das garantias do cidadão. Nos quase 185 anos decorridos da Independência, convivemos sob cartas outorgadas pela autoridade governante. Tivemos também cartas democráticas, promulgadas por uma assembléia convocada e eleita para esse fim.

A exposição As Constituições Bra-

sileiras foi aberta na noite de ontem na parte externa do edifício sede do Supremo Tribunal Federal (STF). Além de Renan Calheiros, estiveram presentes o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; a presidente do STF, ministra Ellen Gracie; o ex-presidente da República e senador José Sarney; e o curador da exposição e ex-presidente do Supremo, Nelson Jobim.

A partir de hoje e até o dia 23 de agosto serão expostas sete constituições brasileiras nos prédios dos três Poderes da República. O STF exporá as Cartas de 1824 e 1891 e o Palácio do Planalto mostrará as Constituições de 1934, 1937 e 1967. Já as Constituições de 1946 e 1988 serão mostradas no Salão Negro do Congresso Nacional.

Em seu discurso na abertura da exposição, o presidente Lula fez refe-

rência a personalidades como Ulysses Guimarães e Evandro Lins e Silva, importantes no processo de redemocratização do país e na elaboração da Constituição de 1988. Ele também homenageou os constituintes de 1988 presentes à solenidade, como Renan Calheiros, José Sarney e Tarso Genro (ministro da Justiça).

– Um documento constitucional reflete de maneira emblemática a visão de um povo em determinado período histórico. A atual Constituição foi promulgada como resposta democrática ao Estado autoritário. Foi a expressão da conquista da democracia materializada na Lei Maior – avaliou o presidente Lula.

Já a presidente Ellen Gracie destacou que a intenção da exposição é demonstrar de forma didática a correspondência entre cada época da vida nacional e sua respectiva regra regente.



Para Serys, dificuldades nos transportes prejudicam estado

## Serys confia em resultados do PAC em Mato Grosso

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo Executivo em janeiro deste ano, “vai resolver uma série de questões estruturais em Mato Grosso”, especialmente no setor de transporte e de geração de energia, segundo Serys Shessarenko (PT-MT). A senadora destacou que a falta de uma boa logística de transportes vem há muito tempo prejudicando a economia do estado.

– A população é pequena para o espaço geográfico e as estradas são difíceis – explicou.

Serys apresentou números da economia que justificariam sua expectativa positiva em relação ao PAC. Segundo ela, o número de empregos com carteira assinada criados em abril deste ano é o maior já registrado num único mês em toda a série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, iniciada em 1992.

## Sarney anuncia missa em memória de Octavio Frias

O senador José Sarney (PMDB-AP) anunciou a realização, por iniciativa dos amigos de Octavio Frias de Oliveira, de uma missa para lembrar o 30º dia da morte do empresário.

O dono do Grupo Folha, que morreu aos 94 anos no dia 29 de abril, recuperava-se de uma queda sofrida em casa no final do ano passado, quando foi submetido a uma cirurgia para remoção de hematoma craniano. A celebração acontece na próxima segunda-feira, às 17h, na igreja São Pedro de Alcântara, em Brasília.

## Paim defende ensino técnico profissionalizante

Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção para a importância do projeto que instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep), e que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde aguarda parecer de Demostenes Torres (DEM-GO).

De acordo com Paim, a aprovação da matéria (PLS 274/03) pelo Congresso é essencial para que se dê início à implantação de 150 escolas técnicas anunciadas pelo presidente Lula.

O senador também celebrou decisão tomada em abril pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou que servidores inativos do Distrito Federal devem ter direito à mesma gratificação de desempenho concedida aos servidores da ativa.

## Camata registra crescimento do agronegócio no ES

A passagem, ontem, do Dia da Colonização do Solo Espírito-Santense foi destacada por Gerson Camata (PMDB-ES), que ressaltou a criação de um novo modelo de desenvolvimento do agronegócio capixaba, com a participação do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) e do Banco de Desenvolvimento Estadual (Bandes) na concessão de financiamentos para o homem do campo.

Conforme o senador, a participação da economia vinculada à agropecuária no orçamento do Espírito Santo passou de 1,6%, há quatro anos, para 6% em 2007.



Camata atribui salto às medidas adotadas pelo governo do estado

Senador prega uma mudança constitucional que fortaleça as agremiações, valorize as instituições políticas e as torne capazes de impedir que se afastem da vontade popular

# Antonio Carlos pede autocrítica a partidos e defende reforma política

Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) conclamou ontem os parlamentares de todos os partidos, inclusive o Democratas, a refletir sobre a necessidade de uma ampla reformulação em suas estruturas internas. Ele defendeu uma reforma que fortaleça as agremiações, valorize as instituições políticas e as tornem capazes de impedir que se afastem da vontade popular.

O senador chamou a atenção para três fatores que considera fundamentais à consolidação de um partido. O primeiro, disse, é o respeito da legenda ao pensamento das bases eleitorais. Para Antonio Carlos, as agremiações somente se tornam verdadeiramente democráticas “quando refletem as culturas de onde provêm”.

O segundo fator, assinalou, seria a capacidade do partido de conviver



ACM: Democratas centralizou decisões importantes em um pequeno grupo

com a diversidade de pensamento, sobretudo de seus membros, e o estímulo à diversidade no sentido de encontrar uma solução para as crises.

– Um partido terá maiores chances de se perenizar à medida que não se submeta à vontade de planos pessoais, como acontece, às vezes, no Congresso. Liderar é um dom cobiçado por muitos, mas exercido com sabedoria por poucos. Não se pode ignorar em um partido que se pretenda democrático a apresentação de um elevado grau de participação.

O terceiro fator de consolidação de uma legenda, disse, é o seu amadurecimento e profissionalismo. Para isso, deve, a seu ver, utilizar a razão como ferramenta “para domar a paixão”.

ACM fez uma autocrítica de seu partido, quando disse que nele havia

verdadeira ditadura com um comando que, por 11 anos, desrespeitou a opinião de seus líderes e centralizou decisões importantes nas mãos de pequeno grupo do diretório nacional.

Vários senadores manifestaram apoio a Antonio Carlos. O líder do Democratas, José Agripino (RN), afirmou que o recado de ACM “merece crédito”. O presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), atribuiu a destruição dos partidos à sucessão de escândalos. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que um país não pode avançar em sua democracia com partidos “frágeis em sua essência”. Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que a reflexão proposta por ACM é “decisiva para a democracia”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, colocou-se à disposição para encaminhar as reformas demandadas pela sociedade. Houve ainda apertes de Tião Viana (PT-AC), Jefferson Péres (PDT-AM), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marco Maciel (DEM-PE), Romeu Tuma (DEM-SP) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).



Paulo Leão, Paulo Melo da Costa, Fátima Cleide, Paulo Paim, Lívia Nascimento e Ivair Augusto

## Discriminação contra homossexuais divide opiniões em debate na CDH

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou ontem audiência pública para instruir a votação de projeto que torna crime a discriminação contra homossexuais.

Convidados e parlamentares se dividiram entre opiniões favoráveis e contrárias à proposição (PLC 122/06), mas se uniram em torno da rejeição a qualquer tipo de preconceito com base na opção sexual das pessoas. O ponto mais criticado do texto foi o rigor das penas propostas, que podem chegar a cinco anos de reclusão. A relatora

Fátima Cleide (PT-RO) destacou as contribuições dos expositores para a elaboração de seu parecer.

Participaram do debate a procuradora da República Lívia Nascimento Tinoco; o advogado Paulo Fernando Melo da Costa; o representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ivair Augusto dos Santos; a cineasta Tizuka Yamasaki; o professor universitário Jean Willys; o assessor da CNBB Paulo Leão; e o reverendo Guilhermino Cunha, da Igreja Presbiteriana do Brasil.

## “Mantereis isenção como presidente da Casa”, diz Renan

Ao ser indagado sobre notícias publicadas na quarta-feira citando o seu irmão, o deputado federal Olavo Calheiros (PMDB-AL), que, supostamente, teria ligações com a empresa Gautama, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, “do ponto de vista do Congresso, da presidência do Congresso, qualquer encaminhamento que precisar ser tomado”, agirá com isenção, transparência e absoluta autenticidade.

– Não conheço aspecto nenhum da investigação. Meu irmão tem vida própria, perguntem a ele.

Segundo a Polícia Federal, a Gautama liderava uma quadrilha que fraudava licitações públicas. Até o momento, 48 pessoas foram presas em ação policial iniciada na quinta-feira passada, a denominada Operação Navalha.

## Jefferson cobra instalação do Conselho de Ética

Jefferson Péres (PDT-AM) cobrou a instalação do Conselho de Ética do Senado, cujo presidente ainda não foi escolhido. O presidente da Casa, Renan Calheiros, lembrou que já procedeu à indicação dos integrantes em março.

– O Regimento manda que o mais idoso convoque o conselho. A parte que cabe ao presidente do Senado já foi feita – disse.

Integram o Conselho de Ética os seguintes senadores: Augusto Botelho (PT-RR), Sibá Machado (PT-AC), Renato Casagrande (PSB-ES), Serys Slhessarenko (PT-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP), Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG), Valtter Pereira (PMDB-MT), Gilvam Borges (PMDB-AP), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Demostenes Torres (DEM-GO), Heráclito Fortes (DEM-PI), Adelmir Santana (DEM-DF), Marconi Perillo (PSDB-GO), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Jefferson Péres (PDT-AM).

## CPI do Apagão Aéreo ouve hoje controladores de voo

A CPI do Apagão Aéreo realiza hoje, às 10h, sua primeira tomada de depoimentos. Serão ouvidos quatro controladores de voo, entre eles o terceiro-sargento Roberto Freire, do Cindacta de Manaus, e o suboficial João Batista da Silva, controlador de voo em São José dos Campos (SP). Os dois acompanhavam as rotas de aviões em 29 de setembro de 2006, dia da colisão entre um Boeing da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, que causou a morte de 154 pessoas.

Também prestarão depoimento o primeiro-sargento Wellington Andrade Rodrigues, presidente da Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo, e Jorge Carlos Botelho, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo.

Outra reunião da CPI está marcada para terça-feira. Neste encontro, deverão ser ouvidos o presidente da Comissão de Investigação do Acidente Aeronáutico do Voo Gol 1907 e o chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

Líder do DEM quer CPI, que consegue apoio no Senado. João Pedro se diz indignado, Mão Santa comenta citação de governador e Maranhão defende Congresso

## Não se faz corrupção sem o Executivo, diz José Maranhão

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), José Maranhão (PMDB-PB), defendeu ontem o Congresso, ao comentar as notícias sobre a prisão de empresários e funcionários públicos acusados de corrupção na Operação Navalha, da Polícia Federal.

– Não se faz corrupção com dinheiro público sem a participação do Executivo. É o Executivo que faz licitação de obra pública, que libera dinheiro para estados, municípios e empresas. Não é possível corrupção só com o Congresso – desabafou o senador, durante reunião da CMO destinada a votar o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008.

José Maranhão afirmou que, com isso, não quer inocentar ou condenar parlamentares que apresentam emendas orçamentárias pedidas por prefeitos e empresários. Ele condenou “as vozes que já se levantam contra as emendas individuais dos parlamentares” no Orçamento da União.

O senador entende que as emendas individuais são importantes porque os deputados e senadores direcionam verbas para projetos de interesse da população.

– Será que estão querendo que o Orçamento volte a ser como na época dos militares? Naquela



Segundo José Maranhão, é o Executivo que faz licitação, que libera dinheiro

época, o Executivo decidia tudo. Nenhum representante da população podia opinar. Nenhum parlamentar podia emendar o Orçamento. Eles só podiam dizer “amém” ao governo federal – continuou Maranhão.

### Barganha

O deputado Humberto Souto (PPS-MG), que já foi ministro do Tribunal de Contas da União, afirmou que “a malandragem está na liberação do dinheiro das emendas” parlamentares.

Segundo Humberto Souto, o governo usa essas emendas “para barganhar” apoio no Congresso. O deputado observou que, se o governo quiser mesmo moralizar o Orçamento, deverá orientar sua base parlamentar para aprovar um projeto que obrigue o Executivo a liberar “de forma isonômica” as emendas.

## João Pedro manifesta indignação com o roubo do dinheiro público

“Como cidadão, militante político e senador”, João Pedro (PT-AM) manifestou indignação com os resultados das investigações da Polícia Federal na Operação Navalha. Ele disse que pior do que a epidemia de dengue, as estradas esburacadas e a insegurança é a revelação do desrespeito de gestores, parlamentares e empresários com o erário.

João Pedro defendeu o aprofundamento das investigações, o reforço da Polícia Federal e a revisão dos procedimentos jurídicos. Para o parlamentar, é preciso ir além de uma CPI para resolver o problema.

– É necessário que a sociedade brasileira pautar a reforma política, como forma de deter esse mal. É preciso mobilizar o Brasil contra o roubo do dinheiro público. A quadrilha já estava se



João Pedro observa que corrupção é pior que dengue, estradas ruins e insegurança

preparando para atacar os recursos do PAC, que estamos votando aqui. Temos que pôr na cadeia todos os envolvidos.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou, em aparte, que não é possível ter várias CPIs funcionando simultaneamente no Senado sem prejudicar o trabalho legislativo.

## Nery anuncia: CPI da Operação Navalha já tem 27 assinaturas

José Nery (PSOL-PA) anunciou ontem, em Plenário, que 27 senadores já assinaram o requerimento de criação de comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para “investigar todas as denúncias e falcatruas” apontadas pela Operação Navalha, da Polícia Federal. O senador informou que vai aguardar que os deputados federais também concluam a coleta de assinaturas. Ele disse acreditar que na próxima semana o requerimento será entregue à Mesa do Congresso Nacional.

– O Senado oferece aqui a sua contribuição para a elucidação dos fatos – frisou o senador.

Na direção dos trabalhos, o



“Senado oferece sua contribuição para a elucidação dos fatos”, afirma José Nery

presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a comissão terá “o mesmo comportamento das CPIs anteriores”, ou seja, recebido o requerimento, a Mesa

## Agripino apóia CPI mista para investigar esquema de fraudes

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), declarou ontem seu apoio à criação de comissão parlamentar mista de inquérito para investigar o esquema de corrupção em obras públicas revelado pela Operação Navalha. O senador explicou que até terça-feira era contrário à investigação no âmbito do Congresso Nacional, mas mudou de idéia por entender que a Câmara dos Deputados iniciou uma apuração sigilosa, por meio de pedido de informações sobre 20 deputados ao Ministério Público.

– Eu considerava que esta era uma crise do Executivo, porque havia apenas menção a parlamentares e a Polícia Federal tinha competência para investigá-la, mas, diante da decisão da

Câmara, não posso concordar, em nome da transparência e em nome da indignação da sociedade, que se faça nada em segredo – afirmou o parlamentar.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, também se comprometeu a apoiar a CPI.

– Do alto da responsabilidade do cargo de presidente do Senado Federal, farei o que a Casa entender que precisa ser feito. Se for necessário constituir comissão parlamentar de inquérito para que tudo fique absolutamente esclarecido, descerei da isenção que devo ter para assinar, em primeiro lugar, a instalação dessa comissão – assinalou Renan Calheiros.

Logo ao descer da tribuna, José Agripino tornou-se o 21º senador a assinar o requerimento de

vai conferir se as assinaturas estão completas e se há fato determinado para as investigações. Depois, acrescentou Renan, a Mesa vai esperar que os líderes partidários indiquem os senadores que farão parte do colegiado.

### Divulgação

Em breve pronunciamento no Plenário, Marcelo Crivella (PRB-RJ) requereu a intervenção do ministro da Justiça, Tarso Genro, para que a Polícia Federal divulgue de maneira igualitária as informações sobre os resultados das investigações.

– Não é possível que um canal de TV se torne sócio da Polícia Federal na divulgação desses fatos – advertiu Crivella.



José Agripino: “Não posso concordar que se faça nada em segredo”

criação de CPI mista encabeçado pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF). Para que seja criada, são necessárias 27 assinaturas no Senado e 171 na Câmara.

O senador pediu que a Polícia Federal trabalhe rápido para evitar que as versões se sobreponham aos fatos investigados, informando ao Ministério da Justiça os resultados efetivos, para que estes possam ser repassados ao Congresso Nacional.

## Mão Santa comenta envolvimento do governador do Piauí

A citação do governador do Piauí, Wellington Dias (PT) na Operação Navalha, foi comentada por Mão Santa (PMDB-PI). De acordo com o relatório da Polícia Federal, o governador foi mencionado 17 vezes, incluindo-se telefonemas gravados durante a investigação e depoimentos.

– Até quando os aloprados do



“Até quando os aloprados do PT vão enganar o Piauí?”, pergunta Mão Santa

PT vão enganar o Piauí? – indagou o senador, enfatizando que, segundo a imprensa do estado, os supostos contatos de Wellington com a Gautama teriam ocorrido

antes das últimas eleições.

Mão Santa lembrou ainda que apoiou o presidente Lula no seu primeiro mandato e recebeu do governo federal a prerrogativa de indicar os dirigentes da Centrais Elétricas do Piauí (Cepisa). O parlamentar informou que abriu mão dessa prerrogativa após romper com o governo do PT.

– A estatal estaria servindo a propósitos escusos e eu saí daquele antro de corrupção.

A Cepisa teve seu presidente, Jorge Targa, preso pela Operação Navalha.



Suplicy: argumentos contrários à proliferação de novas cidades

## Suplicy quer União à frente da criação de municípios

Eduardo Suplicy (PT-SP) argumentou contrariamente à Proposta de Emenda à Constituição 13/03, de autoria de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que altera a competência que hoje é da União para os estados quanto à criação e desmembramento de municípios.

O senador por São Paulo leu em Plenário pareceres dos ministérios da Integração Nacional, da Fazenda e das Cidades contrários à proliferação de municípios ocorrida a partir da promulgação da Constituição de 1988. De acordo com o Ministério da Fazenda, disse, a criação de pequenos municípios reduz o montante de recursos para cidades com mais de cem mil habitantes, onde se concentra a maioria da população e, portanto, onde é maior a demanda por recursos financeiros.

Baseado em estudo do Ministério da Integração Nacional, o senador argumentou que a responsabilidade pelos casos de fracasso na gestão dos novos municípios recai, via de regra, nos ombros do Executivo federal. Por essa razão, frisou, o governo federal deveria participar do processo de criação de novos municípios com poder de veto.

Documento apresentado por Renato Casagrande relaciona projetos que devem ter prioridade de votação no Congresso e faz sugestões aos executivos federal, estaduais e municipais

# Relatório sugere formação de rede nacional de pesquisa sobre o clima

Com recomendações direcionadas ao governo, como a de criar uma rede brasileira de pesquisas sobre o clima, e indicações ao Legislativo de propostas que devem ter votação prioritária na Câmara e no Senado, foi apresentado ontem o primeiro relatório parcial da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. O texto do relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), também apresenta sugestões a governadores e prefeitos e traça um diagnóstico sobre os impactos do aquecimento global, a partir de informações reunidas nas audiências realizadas em Belém e São Paulo.

Entre as recomendações ao Executivo consta ainda proposta de estudos para elaboração de um inventário nacional de emissão de gases. Casagrande também aconselha ao governo que estimule a utilização de fontes de energia limpa na matriz energética brasileira e adote políticas visando eliminar o desmatamento florestal. Para estados e municípios,



Ao lado de Eduardo Gomes (D), Casagrande lê seu relatório

o relator aponta a necessidade de manutenção e criação de fóruns para estudar as mudanças climáticas em âmbito local.

O documento reúne as propostas para as quais a comissão pede prioridade de votação pelo Congresso.

Entre elas estão projetos que tratam da Política Nacional de Mudanças Climáticas; de um sistema de vigilância das emissões de gases; e de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que invistam em geração de energia limpa.

Também foi incluída proposta que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental (PEC 19/00) e a que prevê parcela do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para unidades da Federação que abrigam unidades de conservação e terras indígenas demarcadas (PLP 351/02).

Os parlamentares da comissão poderão apresentar sugestões ao relatório até terça-feira, quando o texto deverá ser votado. O presidente do colegiado, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), anunciou ampliação no plano de atividades da comissão para incluir audiências em Mato Grosso do Sul, Ceará, Tocantins e Santa Catarina.



Expedito Júnior é autor de requerimento para o debate

## Audiência discute hidrelétrica no rio Madeira

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai realizar na próxima terça-feira audiência para tratar das obras do complexo hidrelétrico do rio Madeira e dos impasses em relação à licença ambiental para a construção das usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia.

Em sua edição de ontem, o Jornal do Senado errou ao informar que o requerimento para a realização do debate seria de autoria de Fátima Cleide (PT-RO) e Sibá Machado (PT-AC) – o pedido foi apresentado por Expedito Júnior (PR-RO), com aditamento de Fátima Cleide. Sibá também apresentou aditamento ao requerimento original, e a audiência aprovada foi resultado da consolidação das solicitações.

A CMA também aprovou a realização de outra audiência para discutir os procedimentos para concessão de licença prévia ambiental a projetos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento. A reunião, ainda sem data marcada, foi sugerida por César Borges (DEM-BA) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) – e não apenas por César Borges, conforme informou o Jornal do Senado.

## Telecentros acessíveis às pessoas com deficiência

O programa Acessibilidade Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego apresentaram ontem em seminário a metodologia de acesso de pessoas com deficiência a telecentros – espaços informatizados para a população utilizar computadores e acessar a internet. Um dos objetivos da ação é possibilitar às pessoas com deficiência acesso à informática e à rede mundial de computadores, para favorecer sua inclusão no mercado de trabalho.

O seminário termina hoje, no auditório Petrônio Portela, do Senado. O projeto-piloto foi desenvolvido em Taguatinga, região administrativa do Distrito Federal.

A utilização de softwares livres, a

escolha dos equipamentos, tecnologia e mobiliário, e até a determinação do local da construção dos telecentros estão sistematizados no estudo, explicou a representante do Ministério do Trabalho, Tatiana Scalco. Ela destacou o esforço do governo para a implementação da acessibilidade dos telecentros, que fazem parte da política nacional de inclusão digital.

O presidente da organização Acessibilidade Brasil, Guilherme Lira, explicou que a estratégia deve obedecer a um tripé: infra-estrutura, com investimento em equipamento físico e lógico; preparação de funcionários para o atendimento às pessoas com deficiência; e integração com a co-

munidade local, que vai divulgar a existência do telecentro.

Existem quase 3 mil telecentros no Brasil, mas o primeiro adaptado é o de Taguatinga. A representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Carolina Sanchez, ressaltou a importância de se pensar os próximos telecentros já com elementos de acessibilidade. José Antônio Borges, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, explicou alguns dos mecanismos desenvolvidos, como os programas Motrix e DosVox, de síntese de voz. Também destacou programa do Ministério da Educação para distribuição de notebooks a estudantes cegos.



Desempenho dos dois setores é ressaltado por Flexa Ribeiro

## Flexa Ribeiro defende indústrias madeireira e de pesca do Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu ontem a inclusão das indústrias de pesca e madeireira de seu estado no plano emergencial de ajuda a setores prioritários da economia, em elaboração pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O senador ressaltou os resultados positivos gerados pelo setor madeireiro do Pará com a exportação

de seus produtos e cobrou rapidez do governo federal e estadual na aprovação, pelos órgãos ambientais, dos planos de manejo florestal. Muitas indústrias madeireiras, informou, encontram-se em situação de insolvência devido aos atrasos na liberação dos planos.

O parlamentar destacou ainda a relevante participação do setor pesqueiro na economia de seu

estado. Segundo ele, as indústrias pesqueiras do Pará geram mais de 20 mil empregos diretos, com exportações, em 2006, de mais de US\$ 24,5 milhões.

### Ocupação

Em seu discurso, Flexa Ribeiro defendeu a retirada pacífica das famílias que ocuparam ontem a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA). O senador condenou a

ocupação e disse lamentar que a hidrelétrica esteja sujeita a esse tipo de ação. A usina foi ocupada por cerca de 600 famílias ligadas à Via Campesina, juntamente com integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens. Os manifestantes reivindicam o pagamento de indenização às famílias desalojadas para a construção da hidrelétrica, há 23 anos.



Segundo Mozarildo, maioria dos pacientes é oriunda do SUS

## Mozarildo cobra verba para manter Incor em atividade

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ontem aos parlamentares que se mobilizem para impedir que a unidade do Instituto do Coração (Incor) de Brasília seja fechada por falta de recursos. O parlamentar apelou ao ministro da Defesa, Waldir Pires, para que reveja a posição da pasta de não renovar o convênio com a instituição.

– Nós, parlamentares médicos, vamos nos reunir mais tarde para traçar uma estratégia para não prejudicar a população pobre do Norte, Nordeste e Centro-Oeste – disse o senador, que ressaltou a importância de manter o Incor funcionando, pois 80% do seu atendimento é de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

## Fechamento de unidades tem protesto de ACM

Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) protestou contra o fechamento das unidades de emergência e de cirurgia do Incor de Brasília. Ele afirmou que já foram demitidos mais de 200 servidores.

O senador disse que o assunto “é de uma gravidade para todos nós senadores, deputados, autoridades e para o próprio presidente da República”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comprometeu-se a cobrar do governo atitudes para que o Incor não seja fechado e lembrou que a instituição atende a 11 estados.

Por sua vez, Romeu Tuma (DEM-SP) pediu uma tomada de posição do Executivo em relação ao repasse de verbas para o hospital.

Proposta que prevê até 15 anos de reclusão para crimes que atinjam o patrimônio público e coloquem em risco a população irá ao exame da Câmara se não for apresentado recurso para votação no Plenário

# CCJ aprova punição severa para quem incendiar ônibus e provocar explosões

Crimes que atinjam o patrimônio público e coloquem em risco ou intimidem a população, como os de explosão, incêndio e atentado contra a segurança de qualquer meio de transporte poderão ter punição mais severa. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que aumenta as penas privativas de liberdade para os chamados crimes contra a incolumidade pública. A matéria, com decisão terminativa, recebeu parecer favorável da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que apresentou duas emendas.

Azeredo argumenta, em defesa do projeto (PLS 53/07), que as penas de reclusão previstas no Código Penal contra esses crimes “são muito sua-

ves, insuficientes como desestímulo a essas condutas e não refletem sua enorme gravidade, sobretudo quando praticadas para intimidar a população e desafiar o Estado”.

– Os recentes acontecimentos do Rio de Janeiro e os fatos notórios de maio de 2006, ocorridos em São Paulo, deixam muito claro que incendiar ônibus ou colocar explosivos em trens causa intenso pavor na população e pode abalar a confiança pública na possibilidade de utilização segura dos serviços de transporte coletivo – disse o autor da proposição.

Azeredo observa ainda que o mesmo raciocínio é válido para os demais delitos de que trata o projeto. Esses atos, acrescenta o senador, não atingem somente o patrimônio, mas, sobretudo, a vida e a integridade

física, afetando, portanto, direitos fundamentais.

Para crimes de incêndio e explosão, a proposta determina reclusão de quatro a dez anos. Pela norma vigente, a pena é de três a seis anos. Além disso, as penas que hoje podem ser aumentadas em até um terço poderão passar a ser ampliadas de um terço até a metade.

Em seu parecer, Lúcia Vânia considera que as penas vigentes para os crimes contra a incolumidade pública, embora não sejam brandas, não estão condizentes com a magnitude do dano potencial das respectivas condutas típicas.

– Os incrementos propostos pelo projeto corrigem essa distorção. Por isso, entendemos necessárias e oportunas as modificações propostas.

CRIME/DISPOSITIVO	REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA
Incêndio (art. 250, caput)*	Reclusão de 3 a 6 anos e multa	Reclusão de 4 a 10 anos e multa
Explosão (art. 251, caput)**	Reclusão de 3 a 6 anos e multa	Reclusão de 4 a 10 anos e multa
Perigo de desastre ferroviário (art. 260, caput)	Reclusão de 2 a 5 anos e multa	Reclusão de 4 a 10 anos e multa
Desastre ferroviário (art. 260, § 1º)	Reclusão de 4 a 12 anos e multa	Reclusão de 7 a 15 anos e multa
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo (art. 261, caput)	Reclusão de 2 a 5 anos	Reclusão de 4 a 10 anos
Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo (art. 261 § 1º)	Reclusão de 4 a 12 anos	Reclusão de 7 a 15 anos
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte (art. 262, caput)	Detenção de 1 a 2 anos	Reclusão de 4 a 10 anos
Sinistro em outro meio de transporte (art. 262, § 1º)	Reclusão de 2 a 5 anos	Reclusão de 7 a 15 anos
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública (art. 265)	Reclusão de 1 a 5 anos e multa	Reclusão de 4 a 10 anos e multa

\*Aumento de pena (art. 250, § 1º)

1/3

1/3 a 1/2

\*\*Aumento de pena (art. 251, § 2º)

1/3

1/3 a 1/2

## Acolhidos nomes para o STM e recondução do defensor-geral

A Comissão de Justiça aprovou ontem as indicações de dois novos ministros para o Superior Tribunal Militar (STM): os generais-de-exército Renaldo Quintas Magioli e Francisco José da Silva Fernandes, que deverão assumir, respectivamente, as vagas decorrentes da aposentadoria dos generais-de-exército Max Hoertel, prevista para o próximo dia 4, e Valdesio Guilherme de Figueiredo, a ocorrer dia 26 de junho. Ao encerrar a votação, o presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), afirmou que o Exército sempre esteve com a democracia e com a vontade do povo.

O colegiado também acolheu a recondução de Eduardo Flores Vieira ao cargo de defensor público-geral. O relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que Eduardo Flores tem uma tarefa decisiva para que o Direito chegue a todas as camadas da população. As mensagens presidenciais vão ao exame do Plenário.

## Regras sobre pregão eletrônico serão votadas na quarta-feira

Foi adiada para a próxima quarta-feira a votação, pela Comissão de Justiça, do parecer do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) favorável ao projeto de iniciativa do governo que visa tornar mais claras as regras para utilização do pregão eletrônico. A proposta, incluída no âmbito das medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), altera a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para adequar esses atos governamentais às novas tecnologias de informações, conforme a justificativa do Executivo.

Os senadores decidiram pedir vista coletiva da proposição, que recebeu mais de 60 emendas, pois querem examinar melhor o assunto, dada sua complexidade. O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães, acatou pedido dos parlamentares para que a matéria seja o primeiro item da pauta da reunião da comissão na próxima semana.



Tuma: exemplo colombiano pode ajudar numa solução para o Brasil

## Tuma elogia êxito da Colômbia contra a violência

O senador Romeu Tuma (DEM-SP) apresentou ontem, ao Plenário, resultados positivos obtidos pelas cidades colombianas de Bogotá e Medellín na luta contra o crime. Embora defenda a formulação de um modelo próprio de ação para o Brasil, o parlamentar observou que a análise dos progressos conseguidos pela nação vizinha pode ajudar as autoridades e a sociedade a formular um programa adequado para as condições brasileiras.

– Em nosso país, as políticas públicas executadas nas esferas federal, estadual e municipal em geral vêm amargando sucessivas derrotas quando são analisadas sob o prisma da segurança de nossos cidadãos – disse Tuma.

### Responsabilidade

O plano “Colômbia: Um Caminho para Conviver” baseou-se em recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento humano, entre as quais a de que a segurança deve ser vista do ponto de vista do cidadão e de que a responsabilidade primeira cabe aos chefes do Poder Executivo nos três níveis de governo.

Foram fortalecidas a competência e a responsabilidade das autoridades locais, devidamente compartilhadas com as instituições responsáveis nos âmbitos estadual e nacional.

– As autoridades locais são aquelas que estão mais próximas da vida cotidiana dos cidadãos, sendo que as autoridades nacionais são aquelas encarregadas de fixar as linhas gerais de ação que serão desenvolvidas em todo o território – explicou Tuma.

Comissão de Assuntos Sociais acolhe proposta de Raupp que permite um dia de falta ao trabalho para quem for realizar exames

## Erradicação do trabalho infantil

Requerimento de Patrícia Saboya (PSB-CE) para realização de audiência pública com a finalidade de avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente foi aprovado pela CAS. A reunião deverá ocorrer em 12 de junho, Dia Internacional Contra o Trabalho Infantil.

Foi aprovado ainda requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando audiência sobre a recuperação de jovens dependentes de drogas e de álcool. Entre os convidados estão os fundadores da Obra Social Nossa Senhora da Glória e da Fazenda da Esperança, que ficou conhecida depois da visita que o papa Bento XVI fez a uma de suas unidades.

## Audiência debaterá Metas do Milênio

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou a realização de audiência pública sobre as Metas do Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2002, na Convenção do Milênio, assinada por representantes de 191 países.

Deverão participar da audiência – que foi requerida pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) –, entre outros, a chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Mariângela Rebuá; o ex-presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social Carlos Lessa; e o ex-secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da prefeitura de São Paulo Márcio Porchmann.

# Incentivo à prevenção de cânceres de mama, útero e próstata é aprovado

Cada trabalhador poderá ter o direito garantido em lei de não comparecer ao serviço por um dia ao ano para realizar o exame de detecção de câncer de mama, útero ou próstata, devidamente atestado pelo médico. Essa decisão foi acatada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao aprovar projeto de lei de Valdir Raupp (PMDB-RO), em decisão terminativa.

De acordo com o senador, o projeto (PLS 233/06), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tem por meta estimular a realização dos exames para detecção precoce do



Patrícia Saboya preside sessão da CAS que adiou análise de proposição sobre filtros solares

câncer, o que aumenta a possibilidade de cura.

### Câncer de pele

Na mesma reunião, o senador Augusto Botelho (PT-RR) pediu vista do substitutivo de Papaléo Paes (PSDB-AP) a projeto da Câmara que tem por meta instituir uma campanha nacio-

nal de prevenção da exposição indevida ao sol, para combater a incidência do câncer de pele, além de propor medidas para facilitar o acesso do brasileiro ao protetor, bloqueador ou filtro solar (PLC 111/05).

Augusto Botelho, que é médico, entende que a melhor

saída seria incluir na categoria de medicamentos – e não de cosméticos – o protetor, o bloqueador e o filtro solar, “que são caros”, ao invés de o poder público, por meio de leis específicas, reduzir ou até isentar as alíquotas dos tributos que incidem sobre os produtos, conforme sugere o projeto.

## Prazo para movimentar conta inativa do FGTS poderá ser reduzido

Em decisão terminativa, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) determinando que a conta vinculada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) possa ser movimentada depois de decorrido um ano da data de rescisão do contrato de trabalho.

Essa norma valerá para rescisão ocorrida por qualquer motivo, mesmo que o trabalhador venha a firmar um novo contrato de trabalho em qualquer tempo. Atualmente, esse prazo é de três anos depois da rescisão.

A proposta de Paim (PLS 126/06) altera a Lei 8.036/90 e determina ainda que, no caso de não ter havido solicitação de movimentação da conta vinculada por seu titular, após um ano da aquisição do direito de movimentação da conta (contado da rescisão do contrato de trabalho), fica o agente operador do FGTS autorizado a transferir o saldo disponível nela existente para outra conta vinculada da mesma titularidade, referente ao vínculo empregatício vigente, se houver.

Uma vez efetuada a transferência, ainda de acordo com o projeto, não será feito o desmembramento do saldo da conta vinculada em nenhuma hipótese, e a movimentação será regida pela regra que for aplicável à conta que recebeu a transferência. A matéria ainda será votada na CAS em turno suplementar.

## Estímulo para gasto na educação de empregados

Projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destinado a permitir que as empresas abatam da contribuição para a Previdência Social o valor que aplicarem como custeio da educação de seus empregados em nível superior também foi aprovado ontem pela CAS.

A matéria (PLS 313/06) propõe ampliar o benefício disposto na lei sobre a organização da Seguridade Social (Lei 8.212/91) – que atualmente abrange a educação básica e cursos de capacitação e qualificação profissional – para incluir o ensino superior.

– A legislação previdenciária considera como salário, para efeito de incidência de contribuição patronal, os gastos do empregador que visem à educação superior de seus empregados. Isso não é justo – diz o autor da proposta.

Para ser beneficiada, a empresa não pode utilizar o plano educacional em substituição a parcela salarial, e deve oferecê-lo a todos os empregados e dirigentes. Zambiasi afirma que essas condicionantes evitam que a empresa utilize o custeio da educação como forma de pagar menores salários e recolher menos contribuições.

## Projeto de lei sobre prevenção de acidentes é acatado na CAS

Proposta que destina recursos da Previdência Social para a prevenção de acidentes de trabalho – seja por meio de ações, campanhas, equipamentos ou instalações – foi aprovada ontem pela CAS, mas ainda terá de ser votada em turno suplementar, para que possam ser apresentadas emendas que aperfeiçoem o substitutivo.

O projeto (PLS 74/04) – que tramita na comissão em decisão terminativa – é de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo do relator, Paulo Paim (PT-RS). A matéria altera a Lei 6.367/76 e refere-se aos recursos que antes eram reservados ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, gerido pela Caixa Econômica Federal, para serem aplicados na prevenção de acidentes de trabalho. Esse fundo hoje está desativado.

Em seu relatório, Paim afirma que, em 2000, foram registrados no país 343.996 acidentes de trabalho. Ele também destaca que, naquele ano, o Brasil ocupou o 6º lugar na lista de países com mais mortes por acidente de trabalho: 3.049. Ainda segundo Paim, o Ministério da Previdência apontou que a falta de atenção à segurança nos locais de trabalho representou, em 2000, um custo de R\$ 23,6 bilhões. Desse total, R\$ 5,9 bilhões correspondem a gastos com benefícios acidentários, aposentadorias especiais e reabilitação profissional.



É a primeira vez que um estado obtém essa classificação, diz Ideli

## Ideli: Santa Catarina está livre da febre aftosa

A notícia de que Santa Catarina foi reconhecida como livre da febre aftosa, sem vacinação, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) foi destacada por Ideli Salvatti (PT-SC).

A senadora disse que é a primeira vez que um estado brasileiro obtém essa classificação, e lembrou que, no Pará, vários municípios também foram considerados livres da febre aftosa, mas com vacinação.

– Essa certificação vai nos permitir negociar com a União Europeia, o Japão e a Coreia, países que, juntos, representam 80% do mercado mundial de carnes.



Colombo: ainda é preciso mais esforço para conquistar o mercado

## Colombo ressalta que certificado vai facilitar exportações

Raimundo Colombo (DEM-SC) destacou “o esforço integrado do setor público com a iniciativa privada e as entidades de classe” que permitiram ao estado de Santa Catarina alcançar o reconhecimento pela OIE como livre da febre aftosa, sem vacinação.

Ele lembrou, porém, que ainda há desafios – como a comprovação do bem-estar animal, da proibição do trabalho infantil e da garantia dos direitos dos trabalhadores – a serem enfrentados, sobretudo pelos pequenos produtores, para a conquista do mercado internacional.